

Malan vai aos EUA com nova proposta a credores

Odail Figueiredo

BRASÍLIA — O negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, embarca na sexta-feira para os Estados Unidos, onde vai apresentar aos credores uma nova proposta para o rescalonamento do débito de US\$ 52 bilhões com os bancos privados. Malan deverá responder ao documento que recebeu dos bancos na sexta-feira da semana passada, no qual os credores sugerem modificações na proposta inicial do governo brasileiro, apresentada no dia 21 de agosto. Além de pedir taxas mais altas do que as oferecidas, os credores querem que o Brasil forneça garantias para o pagamento de parte dos juros da dívida a ser rescalonada, o que, até o momento, o governo tem se recusado a fazer.

A equipe de negociação espera que, nessa próxima rodada de conversas, o governo americano exerça uma influência mais decisiva junto aos bancos, atendendo ao pedido que o presidente Fernando Collor fez na segunda-feira ao presidente dos EUA, George Bush. Collor disse a Bush que os bancos estão pedindo mais do que o Brasil consegue pagar. O governo ofereceu aos bancos garantia de pagamento do principal dos títulos nos quais deverá ser convertida parte da dívida. "Para garantir também os juros, só se os bancos indicarem

outras fontes de recursos", disse ontem uma fonte envolvida na negociação.

Pelas estimativas do governo, para fornecer as garantias aos credores o Brasil poderá obter empréstimos de US\$ 500 milhões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de US\$ 630 milhões do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses recursos seriam utilizados na compra de títulos do Tesouro dos EUA, cujos rendimentos garantiriam, ao final de 30 anos, o pagamento do principal dos novos títulos que seriam emitidos pelo governo para rescalonar sua dívida. Pelos estatutos dessas instituições, esse valor de US\$ 1,1 bilhão seria o máximo que elas poderiam emprestar ao Brasil para apoiar a renegociação de sua dívida junto aos bancos.

Recursos adicionais poderiam vir de empréstimos oficiais de governos, ou das reservas brasileiras, que somam pouco mais de US\$ 8 bilhões. A primeira hipótese é considerada improvável. Quanto às reservas, a maior limitação é a resolução 82 do Senado, que exige a manutenção de divisas suficientes para garantir, no mínimo, quatro meses de importação (cerca de US\$ 7,2 bilhões atualmente). A proposta de aumento dos juros pagos pelos novos títulos a serem emitidos pelo governo está sendo analisada pela equipe de Malan, para que se possa avaliar seu impacto no fluxo de pagamentos a ser feito pelo Brasil no futuro.

Nova Iorque — Reuter



O ministro Rezek (D) teve encontro com o chanceler Guido di Tella, da Argentina